



SIMULADO ESPECIAL

TJ RS

**Analista do Poder Judiciário
Área Judiciária**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-RS**, cargo de **Analista do Poder Judiciário - Área Judiciária**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/WDd6w7ZXnp9ZtYD76>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 17 - A B C D E | 33 - A B C D E | 49 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 18 - A B C D E | 34 - A B C D E | 50 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 19 - A B C D E | 35 - A B C D E | 51 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 20 - A B C D E | 36 - A B C D E | 52 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 21 - A B C D E | 37 - A B C D E | 53 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 22 - A B C D E | 38 - A B C D E | 54 - A B C D E | 70 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 23 - A B C D E | 39 - A B C D E | 55 - A B C D E | 71 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 24 - A B C D E | 40 - A B C D E | 56 - A B C D E | 72 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 25 - A B C D E | 41 - A B C D E | 57 - A B C D E | 73 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 26 - A B C D E | 42 - A B C D E | 58 - A B C D E | 74 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 27 - A B C D E | 43 - A B C D E | 59 - A B C D E | 75 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 28 - A B C D E | 44 - A B C D E | 60 - A B C D E | 76 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 29 - A B C D E | 45 - A B C D E | 61 - A B C D E | 77 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 30 - A B C D E | 46 - A B C D E | 62 - A B C D E | 78 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 31 - A B C D E | 47 - A B C D E | 63 - A B C D E | 79 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 32 - A B C D E | 48 - A B C D E | 64 - A B C D E | 80 - A B C D E |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Vmy1>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Suellen Borges*

Texto 1 para as questões de 1 a 5

A burocracia, de tão antiga, já faz parte da história da humanidade. Desde os primeiros impérios, a necessidade de organizar e controlar a vida em sociedade levou ao surgimento de estruturas hierárquicas e regras formais. Contudo, essa herança, que deveria ser um meio para a ordem, transformou-se em um fim em si mesma. O labirinto de papéis, carimbos e assinaturas, outrora símbolo de seriedade e rigor, tornou-se um espectro que paira sobre a vida dos cidadãos, paralisando iniciativas e sufocando a espontaneidade. A inércia burocrática é a negação da ação, a vitória do procedimento sobre o propósito.

1. O autor utiliza a expressão "espectro que paira sobre a vida dos cidadãos" para se referir à burocracia. A alternativa que melhor interpreta o sentido dessa expressão no contexto é:

- a) A burocracia é algo invisível e inofensivo que não afeta a vida das pessoas.
- b) A burocracia é uma figura fantasiosa, criada para assustar as pessoas.
- c) A burocracia é uma presença constante e ameaçadora que restringe a liberdade de ação.
- d) A burocracia é uma lembrança do passado que a sociedade tenta esquecer.
- e) A burocracia é uma entidade que protege os cidadãos de ações ilegais.

2. No trecho "A inércia burocrática é a negação da ação, é a vitória do procedimento sobre o propósito.", a vírgula é empregada para:

- a) Separar um aposto explicativo.
- b) Separar orações coordenadas assindéticas.
- c) Marcar a elipse de um verbo.
- d) Isolar um adjunto adverbial de modo.
- e) Indicar uma inversão sintática.

3. Assinale a alternativa em que o segmento destacado NÃO tem o mesmo sentido que "outrora" no texto.

- a) A cidade antigamente era mais segura.
- b) Eles neste tempo se preocupavam com outras questões.
- c) Em outros tempos, as regras eram mais rígidas.
- d) O regime em tempos passados era muito severo.
- e) Essa construção é uma relíquia de antes.

4. A palavra "formal" em "regras formais" é substituída, sem prejuízo de sentido, por:

- a) sérias
- b) oficiais
- c) rígidas
- d) burocráticas
- e) solenes

5. Qual das frases abaixo, se inserida no texto, manteria a coerência e a coesão?

- a) A modernidade, contudo, tem desfeito essa estrutura.
- b) Apesar de tudo, a burocracia é fundamental para a democracia.
- c) O cidadão comum, no entanto, beneficia-se de sua estabilidade.
- d) Esse sistema, no entanto, ainda persiste e se fortalece.
- e) As normas, assim, são facilmente ignoradas.

Texto 2 para as questões de 6 a 10

Não se pode viver sem enigmas. As coisas mais óbvias, aquelas que nos parecem mais acessíveis, escondem uma complexidade insondável. O sorriso de um amigo, a lágrima de um estranho, a cor de uma flor — tudo isso carrega um segredo que a razão, por mais aguda, não pode decifrar. O ser humano se move pela busca de sentido, e essa busca não se encerra naquilo que é explícito. O mistério é o motor que nos impulsiona, a força que nos leva a olhar além da superfície e a questionar a realidade que nos é imposta.

6. A tese principal defendida pelo autor é que:

- a) Os enigmas da vida são insolúveis.
- b) O mistério é um elemento essencial à condição humana.
- c) O ser humano vive em constante busca por respostas.
- d) A razão é incapaz de desvendar os segredos da vida.
- e) As coisas mais óbvias são as mais importantes.

7. O termo "insondável" no texto pode ser substituído, sem alteração de sentido, por:

- a) imaterial
- b) invisível
- c) profundo
- d) inacessível
- e) indecifrável

8. A vírgula em "O sorriso de um amigo, a lágrima de um estranho, a cor de uma flor — tudo isso carrega um segredo" é usada para:

- a) Separar orações subordinadas.
- b) Isolar elementos de mesma função sintática.
- c) Marcar a inversão de termos.
- d) Separar oração principal de subordinada.
- e) Separar vocativo.

9. A ambiguidade da frase "O policial prendeu o ladrão em sua casa" pode ser desfeita por:

- a) O policial prendeu o ladrão na casa do policial.
- b) O policial em sua casa prendeu o ladrão.
- c) O policial prendeu o ladrão.
- d) Na casa dele, o policial prendeu o ladrão.
- e) Na casa do ladrão, o policial prendeu-o.

10. O trecho "A qualidade da água está comprometida." O vocábulo em destaque é classificado como:

- a) Substantivo
- b) Adjetivo
- c) Advérbio
- d) Verbo
- e) Adjetivo substantivado

11. Em qual das frases abaixo a concordância verbal está correta?

- a) Fazem anos que não o vejo.
- b) Precisam-se de operários qualificados.
- c) Houveram muitos acidentes na estrada.
- d) Vão haver mais oportunidades no futuro.
- e) Deve haver poucas vagas disponíveis.

12. Assinale a alternativa em que a palavra "mesmo" é um pronome demonstrativo.

- a) Ele mesmo fez o trabalho.
- b) Ela pensava o mesmo que eu.
- c) Por ser um lugar perigoso, não me aproximo mesmo.
- d) Ele se feriu, mesmo que levemente.
- e) Mesmo assim, não desistiu.

13. A frase "O político, em quem o povo confia, não pode errar." apresenta a preposição antes do pronome por exigência da palavra:

- a) confiar
- b) errar
- c) poder
- d) apresentar
- e) ser

14. A oração "Fiz a prova com toda a atenção" pode ser reescrita usando um advérbio de modo, da seguinte forma:

- a) Fiz a prova atenciosamente.
- b) Fiz a prova atentamente.
- c) Fiz a prova em atenção.
- d) Fiz a prova com atenção.
- e) Fiz a prova muito atenciosamente.

15. O vocábulo "como" tem valor de conjunção subordinativa causal na frase:

- a) Ele agiu como um verdadeiro herói.
- b) O livro, como eu já imaginava, era fascinante.
- c) O problema, como estava escuro, não foi resolvido.
- d) O pai se comportou como se fosse uma criança.
- e) Ele estava contente como nunca.

16. Os verbos da frase "Eles são inteligentes, mas não estudam." estão no tempo:

- a) Presente do indicativo
- b) Pretérito imperfeito do indicativo
- c) Pretérito perfeito do indicativo
- d) Futuro do presente do indicativo
- e) Futuro do pretérito do indicativo

17. A frase "A decisão é passível de recurso." significa que a decisão:

- a) é impossível de ser mudada.
- b) pode ser contestada.
- c) pode ser adiada.
- d) pode ser revogada.
- e) é injusta.

18. A frase "Faz dois anos que não o vejo." está correta. A alternativa que explica a concordância do verbo fazer é:

- a) Ele concorda com o sujeito, "anos".
- b) Ele é um verbo impersonal e permanece no singular.
- c) Ele concorda com a oração principal.
- d) Ele concorda com o pronome "o".
- e) Ele é um verbo de ligação.

19. A pontuação na frase "João, o chefe da seção, foi promovido." isola um:

- a) vocativo
- b) aposto
- c) adjunto adnominal
- d) predicativo do sujeito
- e) complemento nominal

20. Em "Ele me disse que viria", a oração "que viria" é classificada como:

- a) Subordinada substantiva objetiva direta.
- b) Subordinada substantiva subjetiva.
- c) Coordenada sindética explicativa.
- d) Subordinada adverbial consecutiva.
- e) Subordinada substantiva predicativa.

21. A frase "Eles são os melhores jogadores, mas não estão em forma." expressa uma ideia de:

- a) conclusão
- b) explicação
- c) oposição
- d) alternância
- e) conformidade

22. Assinale a alternativa em que a palavra "para" é uma preposição com sentido de finalidade.

- a) Eu estudo para passar no concurso.
- b) Ele foi para a casa dos pais.
- c) A caneta é para você.
- d) Fui ao mercado para o almoço.
- e) O professor falou para os alunos.

TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO ÉTICA E LEGISLAÇÃO TRIBUNAL

Tiago Zanolla

23. Em um processo com relevante repercussão social envolvendo o fornecimento de medicamentos por ente público, um Desembargador do TJ-RS suscitou divergência com a interpretação consolidada por outro órgão colegiado da Seção Cível. Em razão disso, o processo foi redistribuído para julgamento perante a respectiva Turma da Seção de Direito Público.

No dia da sessão, compareceram 19 dos 24 Desembargadores integrantes da Turma designada. O julgamento transcorreu com a presença do 1º Vice-Presidente do Tribunal, que, ao final, exerceu o direito de voto para formar maioria absoluta, embora não houvesse empate. O processo foi remetido, posteriormente, ao Grupo Cível correspondente para uniformização da jurisprudência, onde compareceram quatro julgadores além do presidente.

Considerando as normas regimentais do TJ-RS, é correto afirmar que:

- a) O julgamento pela Turma foi irregular, pois o número mínimo de Desembargadores presentes deve ser de 80% da composição total.
- b) O voto do 1º Vice-Presidente foi indevido, pois só pode ocorrer em caso de empate.
- c) A sessão do Grupo Cível pode se instalar validamente, pois atingiu o quórum mínimo.
- d) A Seção Cível deveria ser composta apenas por Turmas e Câmaras, sendo irregular o encaminhamento ao Grupo.
- e) A Turma de julgamento não poderia ter mais de 20 Desembargadores, conforme limite fixado pelo Regimento Interno.

24. Durante curso de formação promovido para servidores recém-nomeados no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, uma instrutora apresentou um fluxograma ilustrando os diversos órgãos que compõem a estrutura do Poder Judiciário estadual.

No momento da explicação, um dos participantes questionou se a Corregedoria-Geral de Justiça e os Tribunais do Júri fazem parte do mesmo núcleo orgânico, ao que outro colega completou mencionando os Juizados Especiais e os Grupos de Câmaras.

Com base na estrutura prevista no Código de Organização Judiciária do TJ-RS, é correto afirmar que:

- a) Os Juizados Especiais e os Tribunais do Júri pertencem ao Tribunal de Justiça, na mesma categoria das Vice-Presidências.
- b) A Corregedoria-Geral de Justiça é órgão do Poder Judiciário, mas não integra o Tribunal de Justiça.
- c) Os Grupos de Câmaras são órgãos do Poder Judiciário, porém subordinados ao Conselho da Magistratura.
- d) A Corregedoria-Geral de Justiça, assim como os Grupos de Câmaras, compõem os órgãos internos do Tribunal de Justiça.
- e) Os Tribunais do Júri integram o Tribunal de Justiça como órgão recursal auxiliar das Câmaras Criminais.

25. Durante inspeção interna realizada pela Comissão de Ética do TJRS, foi identificado que, nos últimos dois anos, diversos estagiários e servidores temporários passaram a atuar sem que tivessem assinado o termo de ciência do Código de Ética e de Conduta, tampouco prestado o compromisso formal previsto na norma.

Diante da constatação, a chefia da unidade alegou que tais colaboradores não eram formalmente empossados e que, portanto, não se aplicavam a eles as exigências éticas regimentais. Já a Comissão de Ética entendeu haver omissão grave e recomendou abertura de apuração ética em relação à recusa injustificada de assinatura do termo.

À luz do Ato Regimental nº 01/2020 – OE, é correto afirmar que:

- a) Estagiários e servidores temporários não se enquadram como “servidores” para fins de aplicação do Código de Ética.
- b) A recusa em assinar o termo de ciência não pode ser punida, pois a assinatura é facultativa.
- c) A prestação de compromisso ético deve ocorrer apenas no ato de posse dos servidores efetivos.
- d) A recusa em assinar o termo de ciência poderá justificar abertura de processo de apuração ética.
- e) A chefia da unidade não possui responsabilidade funcional pela inobservância da norma ética.

26. Marta, servidora efetiva do TJRS, é técnica judiciária com atribuições voltadas à gestão documental. Lotada inicialmente em uma vara cível, passou a atuar, por designação, em um setor de TI do tribunal. Alegando incompatibilidade de formação com a nova área, solicitou formalmente sua relotação. A Administração, entretanto, indeferiu o pedido, afirmando que a movimentação havia ocorrido no interesse do serviço, sendo válida mesmo diante da especialização da servidora em arquivologia.

Dias depois, Marta foi nomeada para um cargo em comissão na Coordenadoria de Protocolo, permanecendo vinculada ao setor de TI, até que fosse publicada nova portaria.

Considerando o Estatuto dos Servidores do Estado do RS, é correto afirmar que:

- a) A relotação de Marta só poderia ocorrer a pedido, considerando suas características pessoais.
- b) A lotação no setor de TI é inválida, pois a compatibilidade entre cargo e setor é requisito absoluto.
- c) A nomeação para cargo em comissão suspende os efeitos da lotação anterior, mesmo sem nova portaria.
- d) A Administração não pode realizar relotação ex officio em setores com atribuições incompatíveis.
- e) A lotação da servidora no novo cargo em comissão está compreendida no próprio ato de nomeação.

27. Durante a implantação de um novo sistema informatizado de controle de processos administrativos, a Diretoria-Geral do TJRS identificou a necessidade de delegar temporariamente parte de sua competência decisória a coordenadorias regionais, que não estão formalmente subordinadas à estrutura central. Um grupo de servidores alertou que tal delegação seria inválida por ausência de hierarquia direta entre os órgãos envolvidos.

Posteriormente, identificou-se também que o presidente de uma comissão colegiada havia editado ato normativo com base em delegação genérica recebida do colegiado. Além disso, um diretor de departamento alegou ter avocação permanente de atos de chefia de seção por conveniência gerencial.

À luz da Lei nº 15.612/2021, é correto afirmar que:

- a) A delegação é inválida, pois somente pode ocorrer entre órgãos que possuam vínculo hierárquico.
- b) O presidente do colegiado não pode exercer competência delegada, mesmo que expressamente autorizado.
- c) A edição de ato normativo não pode ser objeto de delegação, ainda que formalizada.
- d) A avocação permanente de competências inferiores é admitida por decisão administrativa motivada.
- e) A publicação oficial do ato de delegação é dispensável quando houver conveniência institucional.

28. Durante visita técnica ao TJRS, uma equipe de servidores de outro tribunal estadual foi recebida pelo setor de distribuição processual e acompanhou a rotina diária de autuação e distribuição dos feitos.

No relatório final, os visitantes elogiaram a sistemática de sorteio eletrônico, em tempo real, com base em classes e subclasses definidas por provimento da Presidência, bem como a adoção de mecanismos de compensação entre Desembargadores.

No entanto, apontaram como potencial irregularidade o fato de um Desembargador recém-reclassificado no Grupo estar recebendo número elevado de feitos, sob o argumento de que sua média ainda estava em fase de equilíbrio.

Com base no Regimento Interno do TJRS, é correto afirmar que:

- a) A) Os Desembargadores reclassificados devem receber maior número de feitos temporariamente, até que sua média se equilibre com a dos demais.
- b) B) A distribuição com base em sorteio eletrônico é limitada aos processos cíveis, cabendo a distribuição manual nas demais classes.
- c) C) A sistemática de compensação por média de distribuição é vedada para novos membros, por ofensa ao princípio do juiz natural.
- d) D) Não é possível computar processos por prevenção ou vinculação no sistema de sorteio eletrônico.
- e) E) A distribuição é realizada apenas semanalmente, após revisão de todos os dados cadastrais processuais.

TÓPICOS DE LEGISLAÇÃO DIREITOS HUMANOS E PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

29. Levando em consideração a busca institucional pelo cumprimento das normas internacionais e internas de promoção da igualdade de gênero, diante da Política Nacional de Direitos Humanos, dentre os Eixos do atual Programa Nacional, indique aquele no qual se localiza as disposições acerca do enfrentamento do desafio de eliminar as desigualdades, levando em conta as dimensões de gênero e raça nas políticas públicas, desde o planejamento até a sua concretização e avaliação, inclusive por meio de indicadores que possam mensurar a efetivação progressiva dos direitos. Trata-se do Eixo Orientador:

- a) Interação democrática entre Estado e sociedade civil.
- b) Desenvolvimento e Direitos Humanos.
- c) Universalizar direitos em um contexto de desigualdades.
- d) Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência.
- e) Educação e Cultura em Direitos Humanos.

30. Imagine a seguinte situação hipotética: Um banco privado abre concurso interno para promoção a cargos de gerência. Apesar de haver funcionários negros com a mesma qualificação e tempo de serviço que colegas brancos, apenas candidatos brancos são promovidos sistematicamente. Além da ocorrência de racismo institucional, os dados que evidenciam essa narrativa nos termos do Estatuto da Igualdade Racial, podem ser considerados exemplo de

- a) discriminação racial.
- b) discriminação étnico-racial.
- c) desigualdade racial.
- d) ação afirmativa.
- e) conduta antirracista.

- 31.** Sobre os Direitos Humanos na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir.
- I. É correto afirmar que o texto constitucional acaba por mencionar uma das características atribuíveis materialmente aos Direitos Humanos quando define que as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.
- II. O Texto Constitucional elenca direitos e garantias fundamentais com extensão e precisão, de modo que tratados internacionais não são mencionados como válidos em seus termos.
- III. Em razão da essencialidade material, é possível que um tratado de Direitos Humanos seja internalizado com natureza supraconstitucional, uma vez que poderá ser a norma aplicada diante do caso concreto.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

- 32.** Observe com atenção a imagem a seguir:



Mediante a análise da imagem, e conhecendo da evolução do Direito da Pessoa com Deficiência no país, é possível afirmar que atualmente impera o paradigma da(o):

- a) integração social.
- b) capacitismo.
- c) modelo da invisibilidade.
- d) modelo médico, ou assistencialista da deficiência.
- e) modelo social, ou asseguratório de direitos humanos.

NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E IA - ITENS 1 A 6

Emannuelle Gouveia

33. No Windows 10, ao tentar renomear uma pasta com o nome “CON”, o sistema exibe uma mensagem de erro. Isso ocorre porque:

- a) O nome contém extensão inválida.
- b) O nome já está sendo utilizado em outra unidade.
- c) “CON” é uma palavra reservada pelo sistema operacional.
- d) O nome excede o limite de caracteres permitido para pastas.
- e) Palavras com apenas três letras não são aceitas em bibliotecas.

34. No sistema operacional Windows 10 ou 11, em português, a ação de fixar um aplicativo à barra de tarefas permite:

- a) Ocultar o aplicativo da visualização do usuário durante a navegação em janelas múltiplas.
- b) Encaminhar o aplicativo diretamente para a lixeira, removendo-o da memória RAM.
- c) Estabelecer prioridades de inicialização no modo de segurança do sistema.
- d) Tornar o atalho do aplicativo permanentemente visível na barra inferior para fácil acesso.
- e) Criar um ponto de restauração do sistema com base no uso daquele aplicativo.

35. Qual dos recursos do Word, listados abaixo, é o que permite a quebra correta de palavras, fazendo com que o espaçamento do texto fique mais uniforme e haja economia de espaço no documento:

- a) Alinhamento Justificado.
- b) Controle de Alterações
- c) Hifenização.
- d) Recuos
- e) Espaçamento.

36. No Microsoft Excel 2016, qual alternativa apresenta corretamente a função que retorna o menor valor entre os selecionados:

- a) =MÉDIA(A1:A10)
- b) =MAIOR(A1:A10;1)
- c) =SE(A1>10;"Sim";"Não")
- d) =MENOR(A1:A10;1)
- e) =CONT.SE(A1:A10;">10")

37. Com o TEAMS não é possível:

- a) Realizar reuniões on-line
- b) Bloquear o microfone de participantes
- c) Utilizar o recurso de chat
- d) Editar textos em um editor próprio e integrado direta e exclusivamente à ferramenta
- e) bloquear a câmera durante uma transmissão .

38. Em navegadores como Chrome, Firefox e Edge, a combinação de teclas Ctrl + Shift + T serve para:

- a) Fechar todas as guias abertas.
- b) Reabrir a última guia fechada.
- c) Apagar o histórico de navegação.
- d) Atualizar a guia ativa.
- e) Abrir uma nova janela anônima.

39. Em relação aos conceitos básicos da Internet e suas tecnologias associadas, analise as afirmações abaixo:

- I. DNS (Domain Name System) é responsável por traduzir nomes de domínios (como www.exemplo.com) em endereços IP que os computadores utilizam para se comunicar.
- II. HTTP e HTTPS são protocolos utilizados para comunicação entre navegadores e servidores web, onde o HTTPS oferece criptografia de dados.
- III. Endereço IP dinâmico é aquele atribuído a um dispositivo de forma fixa e permanente pela operadora de internet.

Com base nas afirmações acima, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmação I está correta.
- b) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmação III está correta.
- d) Todas as afirmações estão corretas.
- e) Nenhuma das afirmações está correta.

40. Em ambientes corporativos com computadores em rede, assinale a alternativa correta:

- a) Impressoras compartilhadas só podem ser acessadas por computadores conectados por cabo.
- b) Ao editar documentos em rede, o conteúdo é automaticamente salvo no computador do servidor.
- c) Planilhas salvas em rede podem ser acessadas simultaneamente, com controle de edição por software adequado.
- d) Computadores em rede não compartilham arquivos, apenas conexões de internet.
- e) Não é possível usar editores de texto locais para arquivos armazenados em rede.

**NOÇÕES DE ANÁLISE DE DADOS E IA - ITENS
7 A 11***Renato Da Costa*

41. Com a chegada do novo padrão de redes sem fio, conhecido como Wi-Fi 7, diversas melhorias foram introduzidas para aumentar o desempenho. Entre os avanços destacam-se: aumento da capacidade de fluxos espaciais para até 16, possibilidade de uso de canais de até 320 MHz na faixa de 6 GHz, além do recurso MLO (Multi-Link Operation), que permite a transmissão e recepção de dados simultaneamente em mais de uma banda (2,4 GHz, 5 GHz ou 6 GHz).

Assinale a alternativa que corresponde ao padrão responsável por essas inovações:

- a) IEEE 802.11n
- b) IEEE 802.11ac
- c) IEEE 802.11ax
- d) IEEE 802.11be
- e) IEEE 802.11g

42. No campo da Inteligência Artificial, diferentes técnicas de aprendizado de máquina são aplicadas a contextos práticos. Considere os cenários a seguir:

Contexto 1: Uma instituição financeira deseja prever se novos clientes irão honrar seus empréstimos. Para isso, utiliza um banco de dados histórico em que já consta, para cada cliente, informações sobre renda, idade, histórico de crédito e a variável “pagou ou não pagou”. O sistema aprende a partir desses exemplos para classificar futuros clientes.

Contexto 2: Uma grande rede varejista coleta informações de compras de milhões de clientes, como produtos adquiridos, frequência e valores gastos. O objetivo é identificar padrões de consumo e segmentar automaticamente clientes com comportamentos semelhantes, sem que haja uma variável previamente rotulada no conjunto de dados.

Com base nos contextos apresentados, assinale a alternativa correta que indica os tipos de aprendizado utilizados, respectivamente:

- a) Reforço e supervisionado
- b) Supervisionado e não supervisionado
- c) Não supervisionado e supervisionado
- d) Supervisionado e por reforço
- e) Reforço e não supervisionado

43. Considere os seguintes contextos relacionados à Inteligência Artificial:

- (1) Um pesquisador desenvolve um chatbot capaz de manter uma conversa tão convincente que um avaliador humano não consegue distinguir se está interagindo com uma máquina ou com uma pessoa.
- (2) Uma assistente virtual responde a comandos de voz, agenda compromissos e fornece previsões meteorológicas, mas não possui consciência nem compreensão real do que faz.
- (3) Um cientista propõe a construção de sistemas capazes de apresentar consciência, autoconsciência e compreensão genuína do mundo, tal como se espera de um ser humano.
- (4) Um modelo estatístico é treinado para prever o preço de imóveis com base em variáveis como metragem, localização e número de quartos, ajustando uma função matemática contínua para estimar valores.

Com base nesses contextos, associe corretamente cada descrição ao conceito que representa:

- IA fraca
- IA forte
- Teste de Turing
- Regressão

Assinale a alternativa correta:

- a) (1) IA forte; (2) IA fraca; (3) Teste de Turing; (4) Regressão
- b) (1) Teste de Turing; (2) IA fraca; (3) IA forte; (4) Regressão
- c) (1) IA fraca; (2) Teste de Turing; (3) Regressão; (4) IA forte
- d) (1) Teste de Turing; (2) IA forte; (3) IA fraca; (4) Regressão
- e) (1) Regressão; (2) IA fraca; (3) IA forte; (4) Teste de Turing

44. O Google oferece diversos operadores lógicos e comandos de busca avançada para refinar pesquisas. Analise as seguintes consultas:

- (1) "inteligência artificial" site:edu.br
- (2) filetype:pdf "planejamento estratégico"
- (3) "machine learning" AND "supervised learning"
- (4) "Porter 1996" -estratégia
- (5) "Michael Porter" AND "What is Strategy" -"What is Strategy"

Considerando o funcionamento dos operadores de busca, assinale a alternativa correta:

- a) Todas as consultas retornarão resultados.
- b) Apenas a consulta (2) não retornará resultados.
- c) Apenas a consulta (4) não retornará resultados.
- d) Apenas a consulta (5) não retornará resultados.
- e) Nenhuma das consultas apresentará resultados.

b) Candidatos aprovados em concurso público têm prioridade na convocação durante o prazo do concurso, devendo ser chamados antes de novos aprovados.

c) O direito de greve dos servidores públicos não depende de lei específica, podendo ser exercido livremente.

d) Todos os cargos e empregos públicos podem ser preenchidos por brasileiros e estrangeiros, sem qualquer requisito legal.

e) O chefe de RH pode nomear qualquer pessoa para funções de confiança, desde que não ocupe cargo em comissão declarado em lei.

46. João, servidora pública, voltava do trabalho à noite quando, passando em frente a uma residência, percebeu que uma idosa estava sendo violentamente agredida dentro do imóvel. À luz da Constituição Federal, João:

- a) somente poderia entrar no imóvel com mandado judicial, mesmo diante da violência observada;
- b) deveria acionar a polícia ou o Ministério Pùblico para que estes adotassem as medidas cabíveis e realizassem a prisão;
- c) poderia exigir, amparada na lei, que o agressor cessasse a conduta, mas não poderia adentrar no local sem ordem judicial ou consentimento do morador;
- d) apenas poderia procurar as autoridades competentes para que obtivessem mandado judicial, ingressando no imóvel e prendendo o agressor.
- e) poderia ingressar na residência, ainda que contra a vontade do morador, para impedir o crime e deter o agressor;

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

45. Durante uma inspeção na Prefeitura de Porto Alegre, a estudante de direito Luiza observou que alguns cargos de chefia estavam sendo ocupados por pessoas que não pertenciam ao quadro efetivo de servidores. Ela também notou que candidatos aprovados em concurso público ainda não tinham sido convocados, enquanto novos aprovados estavam sendo chamados. Preocupada, Luiza questionou o chefe de RH sobre a legalidade dessas situações. Com base na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) É permitido que funções de confiança e cargos em comissão sejam ocupados por pessoas externas ao quadro de servidores, independentemente de previsão legal.

47. Rafael queria construir um imóvel em terreno de sua propriedade. Após atender a todos os requisitos legais e contratar um responsável técnico, solicitou ao órgão municipal a licença para construir. Para sua surpresa, o diretor do órgão indeferiu o pedido, alegando apenas que “não era oportuno” conceder a licença, embora a legislação previsse que se tratava de ato vinculado.

Diante dessa situação, o instrumento constitucional cabível a ser manejado por Rafael é:

- a) a ação popular.
- b) o habeas data.
- c) a ação civil pública.
- d) o mandado de segurança.
- e) a reclamação constitucional.

48. Lucas, Senador da República, desejava protocolar um projeto de lei em tema que integra a competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal. Para tanto, pediu à sua equipe que explicasse quais são os parâmetros constitucionais aplicáveis a esse tipo de competência. A resposta correta foi a de que:

- a) à União cabe apenas suplementar a legislação estadual ou distrital, com foco nas peculiaridades locais.
- b) todos os entes federativos possuem liberdade plena para legislar, prevalecendo sempre a norma nacional sobre as estaduais e distritais.
- c) todos os entes federativos possuem liberdade plena para legislar, prevalecendo sempre a norma estadual ou distrital sobre a nacional.
- d) à União compete editar normas gerais, as quais suspendem a eficácia das leis estaduais ou distritais anteriores que contrariem o conteúdo federal.
- e) à União compete apenas editar normas gerais e, em caso de conflito com leis estaduais ou distritais, estas últimas prevalecerão em razão do interesse específico.

49. O Conselho Nacional de Justiça é formado por 15 (quinze) integrantes, com mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução. A seguir, estão listadas alternativas indicando os membros do Conselho. Assinale aquela que não faz parte da composição do CNJ.

- a) Dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.
- b) Um juiz do Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- c) Um juiz do Tribunal Regional Eleitoral, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) Um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.
- e) Um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

50. Após assumir o mandato, durante o exercício de suas funções, a vereadora do Município Y é flagrada exigindo que parte dos salários de seus assessores seja depositada em uma conta de pessoa a ela vinculada. Nessa situação, a competência para processar e julgar o caso é do(a):

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Tribunal de Justiça estadual.
- c) Turma Recursal.
- d) Supremo Tribunal Federal.
- e) Juízo de Direito estadual de primeiro grau.

51. Durante uma reunião do movimento social “Cidadania Ativa”, Mariana, professora de direito, explicou aos participantes como funcionam as emendas à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Ela destacou que existem quatro formas de apresentar uma proposta de emenda constitucional, regras sobre votação, quórum necessário, além de limitações em situações de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio. Com base nessa explicação, assinale a alternativa correta sobre a proposição e aprovação de emendas à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul:

- a) Uma emenda pode ser proposta por um décimo dos Deputados ou pelo Governador, devendo ser aprovada por maioria simples em dois turnos.
- b) É possível apresentar emenda constitucional apenas por iniciativa dos Deputados, não sendo admitida proposta popular.
- c) A proposta de emenda poderá ser apresentada por pelo menos um terço dos Deputados, pelo Governador, por mais de um quinto das Câmaras Municipais (cada uma delas com maioria relativa) ou por iniciativa popular, devendo ser aprovada em dois turnos com voto favorável de três quintos dos membros da Assembleia Legislativa.
- d) Mesmo durante intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, a Constituição do RS pode ser emendada normalmente.
- e) Uma proposta de emenda rejeitada em um turno pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa.

52. Durante o primeiro ano de exercício como juiz de direito em um município do Rio Grande do Sul, o juiz Carlos decidiu lecionar em uma universidade, receber honorários por assessoria em um processo particular e participar de reuniões de um partido político fora do horário de expediente. À luz da Constituição Federal, assinale a opção correta sobre a atuação de Carlos:

- a) Todas as condutas são permitidas, pois o juiz está fora do horário de expediente e ainda não adquiriu vitaliciedade.
- b) É permitido apenas o exercício de magistério; as demais condutas configuram violação das vedações impostas aos juízes.
- c) É permitido receber honorários por participação em processos, desde que seja em caráter particular e fora da comarca de exercício.
- d) É permitido participar de atividades político-partidárias fora do horário de expediente, desde que não interfira na função jurisdicional.
- e) Nenhuma conduta é vedada, pois o juiz ainda não adquiriu vitaliciedade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Bet

53. Suponha que uma forte tempestade tenha provocado o rompimento de uma barragem em determinado município, causando alagamentos, destruição de casas e paralisação parcial da rede de abastecimento de água. Para proteger a coletividade e restabelecer serviços essenciais, a Administração Pública decide: (i) realocar famílias em situação de risco e desapropriar imóveis para obras de contenção, (ii) contratar, de forma imediata, empresas para reparar adutoras e vias públicas danificadas e (iii) requisitar caminhões particulares para transporte emergencial de água potável. É correto afirmar que a atuação administrativa busca concretizar diretamente o princípio da:

- a) moralidade.
- b) supremacia do interesse público.
- c) legalidade.
- d) publicidade.
- e) probidade administrativa.

54. Em uma vistoria ambiental, o órgão competente constata que uma fábrica despejava resíduos tóxicos em um rio da região. Diante disso, a autoridade impõe sanções aos responsáveis que devem ser cumpridas independentemente de concordância. O atributo do ato administrativo evidenciado nessa situação é:

- a) tipicidade.
- b) autoexecutoriedade.
- c) imperatividade.
- d) legitimidade.
- e) veracidade.

55. Quando a Administração avalia se deve conceder determinada licença, com base na conveniência e na oportunidade administrativas previstas em lei, ou escolhe, entre diversas opções, o local mais adequado para implantar um novo serviço público, o poder exercido nessa situação denomina-se poder:

- a) Vinculado.
- b) Disciplinar.
- c) Discricionário.
- d) Regulamentar.
- e) De polícia.

56. São unidades integrantes da estrutura do Estado, criadas por meio da desconcentração administrativa, subordinadas hierarquicamente e essenciais à execução das funções públicas. Tais unidades não dispõem de personalidade jurídica própria, nem de patrimônio ou autonomia financeira, agindo em nome da pessoa jurídica a que pertencem. É correto afirmar que o trecho apresentado se refere:

- a) aos órgãos públicos.
- b) às sociedades de economia mista.
- c) às entidades paraestatais.
- d) às agências reguladoras.

e) às fundações públicas.

57. De acordo com a Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa – LIA), analise as afirmativas abaixo:

- I. Configura-se o **dolo**, na LIA, quando o agente atua com vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito previsto na norma, não sendo suficiente a mera voluntariedade genérica.
- II. As disposições da LIA são aplicáveis, no que couber, ao terceiro que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra **dolosamente** para a prática do ato de improbidade.
- III. Havendo indícios de ato de improbidade, a autoridade que tiver conhecimento dos fatos deve representar ao **Tribunal de Contas** competente, para as providências cabíveis.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Somente a afirmativa III está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

58. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando a Administração Pública pretende contratar serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que não seja possível fazer a competição, trata-se de hipótese de

- a) pregão.
- b) inexigibilidade de licitação.
- c) concorrência.
- d) dispensa de licitação.
- e) tomada de preços.

DIREITO CIVIL**Paulo Sousa**

59. Joana, estudante de Direito, se deparou com a seguinte situação em sua pesquisa:

Em 2025, entrou em vigor uma nova lei estadual que alterava regras de responsabilidade civil em contratos administrativos. A norma foi publicada em 10 de março e estabelecia que suas disposições passariam a vigorar imediatamente. Ocorre que, em um contrato firmado em fevereiro de 2025, a Administração Pública já havia assumido obrigações segundo a legislação anterior. Joana ficou em dúvida sobre a aplicação da nova lei. Com base no caso, assinale a alternativa correta:

- a) Se não houvesse previsão, a lei nova, publicada em 10 de março de 2025, entraria em vigor no mesmo dia da publicação.
- b) A lei não retroagirá, respeitando atos jurídicos perfeitos, o direito adquirido e a coisa julgada.
- c) A lei passa a valer em todo o território nacional 45 dias após sua publicação oficial, não sendo possível determinar outro prazo.
- d) A integração da lei se dá apenas por meio da analogia, não sendo admitidos costumes e princípios gerais de direito.
- e) Os juízes e tribunais não estão obrigados a aplicar a norma em todo o território nacional, sendo facultado aos Estados decidir sobre sua aplicabilidade.

60. João tem 16 anos de idade e já trabalha em uma empresa privada, recebendo salário suficiente para manter suas despesas e guardar parte como economia própria. Seus pais, reconhecendo sua maturidade, lavraram escritura pública de emancipação. Pouco tempo depois, João também foi aprovado em concurso para emprego público efetivo e recebeu convite para cursar o ensino superior, já com matrícula efetuada. Considerando a situação, assinale a alternativa correta:

- a) A emancipação concedida pelos pais é revogável a qualquer tempo, desde que exista justo motivo.

- b) A emancipação voluntária por escritura pública só produz efeitos após homologação judicial.
- c) João poderia ser emancipado pela concessão dos pais, pelo exercício de emprego público efetivo ou pelo emprego privado com economia própria, o que ocorreu primeiro.
- d) Todas as hipóteses citadas poderiam emancipar João, pois são causas de emancipação previstas em Lei.
- e) A emancipação por meio de emprego privado é proibida pela lei, ainda que João possua economia própria.

61. A associação cultural “Artes do Cerrado” foi criada por um grupo de artistas locais, sem fins lucrativos, com o objetivo de promover atividades culturais e educativas em sua comunidade. Após a assinatura do estatuto pelos fundadores, a associação começou a divulgar suas atividades e até a firmar contratos de parceria com empresas privadas, antes mesmo de registrar seu ato constitutivo no cartório competente.

Com base no caso, assinale a alternativa correta:

- a) A associação já possui personalidade jurídica a partir da assinatura do estatuto, pois a manifestação de vontade dos associados é suficiente para sua constituição.
- b) A associação adquire personalidade jurídica somente com o registro do ato constitutivo no cartório competente, momento em que passa a ter existência legal.
- c) A associação, mesmo sem registro, já pode ser considerada pessoa jurídica de direito privado, pois a lei admite a figura da “associação de fato”.
- d) As associações públicas, diferentemente da associação cultural do caso, são criadas pela iniciativa dos particulares, com posterior registro, não havendo necessidade de lei específica.
- e) As associações, por serem sem fins lucrativos, não podem realizar qualquer atividade econômica, mesmo que essa atividade seja destinada à manutenção de seus objetivos sociais.

62. Rogério herdou de seu pai uma fazenda produtiva.

No imóvel existem: (i) uma casa antiga construída há mais de 50 anos; (ii) várias árvores frutíferas, das quais Rogério costuma colher e vender os frutos no mercado local; (iii) um trator usado para a atividade agrícola, comprado com recursos próprios; e (iv) parte da safra de soja ainda pendente no campo, já destinada à colheita para venda.

Considerando as classificações jurídicas dos bens previstas no CC/2002, assinale a alternativa correta:

- a) O trator é considerado bem imóvel, pois está destinado de modo duradouro ao serviço da fazenda.
- b) A safra de soja ainda pendente no campo, mas já destinada à colheita, é considerada bem móvel por antecipação.
- c) As árvores frutíferas, enquanto incorporadas ao solo, são consideradas bens móveis por natureza.
- d) Os frutos pendentes das árvores são bens móveis por natureza, uma vez que podem ser vendidos em negócio jurídico.
- e) A casa construída no terreno é considerada bem móvel, já que pode ser removida para outro local, sem perda de substância.

63. Durante um churrasco, João comenta com os amigos que pretende doar seu carro para Maria. No dia seguinte, sem formalizar a doação, entrega a chave do carro a ela, mediante aperto de mão. Considerando a situação, assinale a alternativa correta:

- a) O ato é inexistente, já que o suporte fático não foi suficiente para atrair a incidência da norma sobre doação.
- b) O ato é inexistente juridicamente, pois a doação de bem móvel exige escritura pública para ter validade.
- c) O ato é válido e eficaz, porque a vontade de doar foi exteriorizada, ainda que sem forma escrita.
- d) O ato é nulo, pois a ausência de escritura pública impede a formação válida da doação de qualquer bem.

e) O ato constitui negócio jurídico válido, mas ineficaz perante terceiros, dependendo apenas de registro para surtir efeitos.

64. Carlos, com 15 anos, celebrou contrato de compra e venda de uma motocicleta, pagando integralmente o preço. Posteriormente, seus pais ajuizaram ação buscando a declaração de invalidade do negócio. Considerando a disciplina do CC/2002 sobre nulidades e anulabilidades, assinale a alternativa correta:

- a) O negócio é anulável, já que a incapacidade de Carlos é relativa, permitindo que seus pais confirmem posteriormente o contrato.
- b) O contrato celebrado é válido, pois a lei admite negócios jurídicos de pequena monta praticados por menores, e a compra da motocicleta se enquadra nesse conceito.
- c) O ato é anulável, mas pode ser convalidado pelo decurso do tempo, em razão da decadência.
- d) O contrato é nulo, pois foi celebrado por absolutamente incapaz, sendo imprescritível a ação que visa à declaração de nulidade.
- e) O contrato é nulo, mas pode ser confirmado pelos pais, caso tenham interesse em manter os efeitos do negócio.

65. Marcos comprou de Pedro um apartamento e, após a escritura e registro, passou a residir no imóvel. Dois anos depois, uma ação judicial foi ajuizada contra Marcos por terceiro que comprovou ser o verdadeiro proprietário do bem, com título anterior e válido. Ao final do processo, Marcos perdeu a propriedade e a posse do apartamento. Considerando as regras do CC/2002, assinale a alternativa correta:

- a) Não há que se falar em evicção, pois Marcos usufruiu do bem por dois anos antes de perdê-lo judicialmente.
- b) A evicção somente gera responsabilidade do alienante se ficar provada a sua má-fé no contrato.
- c) A responsabilidade do alienante depende de cláusula expressa no contrato prevendo a garantia contra evicção.
- d) A evicção gera apenas a devolução do valor pago pelo comprador, não abrangendo benfeitorias ou despesas processuais.
- e) Em caso de evicção, o adquirente tem direito de ser indenizado pelo alienante, mesmo que este estivesse de boa-fé, salvo se houver cláusula expressa de exclusão da responsabilidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

66. Carlos, na condição de comprador, negocia um veículo com Maria, na condição de vendedora. Após algumas desavenças no cumprimento do negócio jurídico, Carlos ajuizou ação de rescisão contratual c/c perdas e danos em desfavor de Maria. Devidamente citada, Maria apresentou contestação cumulada com reconvenção na mesma peça processual, e alegou abusividade da cláusula de foro inserta no contrato. De acordo com o Código de Processo Civil

- a) Caso Maria não tivesse alegado a abusividade da cláusula de foro em contestação, haveria preclusão.
- b) Contestação e reconvenção não podem ser apresentadas numa mesma peça processual.
- c) Caso Carlos desista da ação, a reconvenção deve ser extinta.
- d) Maria não poderia ter apresentado a reconvenção se não tivesse apresentado também a contestação.
- e) Apresentada a contestação, Maria fica impedida de deduzir novas alegações, ainda que relativas a direito superveniente.

67. Pedro, residente e domiciliado em Porto Alegre/RS, pretende ajuizar ação de reintegração de posse em desfavor de Carlos, residente e domiciliado em Canoas/RS. O imóvel objeto da lide encontra-se no Município de Novo Hamburgo/RS. De acordo com o Código de Processo Civil, a ação será proposta

- a) em Porto Alegre e se trata de competência absoluta.
- b) em Porto Alegre e se trata de competência relativa.
- c) em Canoas e se trata de competência absoluta.
- d) em Canoas e se trata de competência relativa.
- e) em Novo Hamburgo e se trata de competência absoluta.

68. Em determinada ação de indenização por danos morais e materiais, o réu foi devidamente citado e apresentou a sua contestação. Após a contestação, fora apresentada réplica e os autos vieram conclusos ao juiz, que proferiu decisão de saneamento no feito. De acordo com o Código de Processo Civil:

- a) as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.
- b) caso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.
- c) As pautas de eventual audiência de instrução e julgamento deverão ser preparadas com intervalo mínimo de 30 (trinta) minutos entre as audiências.
- d) O juiz não pode, eventualmente, limitar o número de testemunhas apresentadas pelas partes, sob pena de ferir o contraditório e a ampla defesa.
- e) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 9 (nove), sendo 2 (duas), no máximo, para a prova de cada fato.

69. A empresa X ajuizou ação de execução de título extrajudicial em desfavor da empresa Y. Segundo alegado na inicial, a parte executada não teria adimplido os valores de financiamento constante de Cédula de Crédito Bancário. A executada, devidamente citada, quedou-se inerte. Não foram encontrados valores nas contas da empresa Y, mas foi encontrado um imóvel em nome da executada. Determina a penhora do bem, constatou-se que já havia uma penhora anterior oriunda de outro processo. De acordo com o Código de Processo Civil, recaindo mais de uma penhora sobre o mesmo bem,

- a) prevalecerá a primeira, devendo a segunda ser excluída.
- b) prevalecerá a segunda, devendo a primeira ser excluída.

c) prevalecerá a de maior valor, devendo a de menor valor ser excluída.

d) prevalecerá a de menor valor, devendo a de maior valor ser excluída.

e) cada exequente conservará o seu título de preferência.

70. Flávia ajuizou ação de cobrança cumulada com danos morais e pedido de entrega de coisa em desfavor de Ana Clara. Após a apresentação de contestação e réplica, o juiz sentenciou o feito, reconhecendo a prescrição do valor cobrado. Flávia, descontente com a situação, apresentou a sua apelação, que foi provida pelo Tribunal de Justiça para afastar a prescrição. De acordo com o Código de Processo Civil, nessa hipótese:

- a) Independentemente da instrução do processo, o tribunal deverá devolver os autos ao juízo de primeiro grau para que profira nova sentença.
- b) Independentemente da instrução do processo, o tribunal deverá julgar o mérito das demais questões, sem devolução dos autos ao juízo de primeiro grau.
- c) O Tribunal não poderá reapreciar a análise da prescrição, pois é vedada sua rediscussão.
- d) O tribunal, se possível, julgará o mérito, examinando as demais questões, sem determinar o retorno do processo ao juízo de primeiro grau.
- e) Foi incorreto o acórdão do tribunal, pois o recurso sequer deveria ter sido conhecido, uma vez que seria cabível o agravo de instrumento.

71. Pablo, 4 anos, devidamente representado, ajuizou ação de fixação de alimentos em desfavor do seu genitor, Danilo. A título de prestação mensal, requereu a fixação de R\$ 1.000,00 a serem pagos pelo genitor. De acordo com o Código de Processo Civil, o valor da causa deverá corresponder a

- a) R\$ 12.000,00.
- b) R\$ 1.000,00.
- c) R\$ 120,00.
- d) R\$ 100,00.
- e) R\$ 6.000,00.

72. Caio ajuizou ação de cobrança em desfavor de Mévio, pleiteando o recebimento da quantia de R\$ 5.000,00 que teria sido emprestada, mas não paga há alguns meses. Ao analisar a inicial, o juízo determinou a realização de audiência de conciliação. De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) Mévio deve ser citado com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.
- b) A designação da audiência de conciliação deve ocorrer com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.
- c) As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos.
- d) A autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por decisão interlocutória.
- e) A intimação do autor para a audiência será feita pessoalmente.

DIREITO PENAL

Antônio Pequeno

73. Em uma embarcação pública estrangeira, em mar localizado no território da Argentina, o presidente do Brasil sofre um atentado contra sua vida pela conduta de João, venezuelano residente no Brasil, que conseguiu se infiltrar no navio passando-se por funcionário da cozinha, já planejando o cometimento do delito. O presidente do Brasil, porém, é socorrido e se recupera, enquanto João é identificado e preso na Bahia, um mês após os fatos.

Considerando a situação narrada, sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que a João

- a) não pode ser aplicada a lei brasileira, já que o crime foi cometido no estrangeiro.
- b) poderá ser aplicada a lei brasileira, com base no princípio da territorialidade.

c) poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.

d) poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que o autor do crime não seja julgado no estrangeiro.

e) não poderá ser aplicada a lei brasileira, já que o autor do crime é estrangeiro.

74. Tendo em conta as disposições penais relativas à aplicação da lei penal e ao crime constante de Código Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A tentativa não é punida quando o meio empregado para a prática do crime é absolutamente ineficaz para a consumação.
- b) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que a ação ou a omissão tenham se dado em momento diverso.
- c) Na hipótese de *abolitio criminis*, a execução da pena decorrente de sentença condenatória cessará imediatamente, mas não os demais efeitos da condenação.
- d) A reparação do dano pelo agente, nos crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa, até a sentença, implica redução da pena.
- e) É relevante penalmente a omissão quando restar comprovado que o omitente tinha possibilidade de evitar o resultado, ainda que inexista dever de agir

75. Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. Tício, opôs-se à execução de ato legal, mediante violência contra Eduardo, empresário que ali estava prestando auxílio a Gabriel, oficial de justiça competente para executar o referido ato.
- II. Claudionor exigiu para si alguma vantagem de Elisabete, a pretexto de influir em ato praticado por Rafael, funcionário público, no exercício da função que ele desempenhava.

Diante do exposto, e com base nas informações acima, em tese, Tício

- a) praticou o crime de lesão corporal culposa e Claudionor praticou o crime de concussão.
- b) praticou o crime de desacato e Claudionor praticou o crime de peculato.
- c) não praticou qualquer crime, pois Eduardo não é funcionário público, enquanto Claudionor praticou o crime de advocacia administrativa.
- d) praticou o crime de desobediência e Claudionor praticou o crime de condescendência criminosa.
- e) praticou o crime de resistência e Claudionor praticou o crime de tráfico de influência.

76. Um técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Piauí praticou um crime de abuso de autoridade. Com base na Lei nº 13.869/2019, marque a alternativa incorreta.

- a) Os crimes previstos nesta lei só cabem na forma dolosa.
- b) A ação penal é pública incondicionada.
- c) A perda do cargo, mandato ou função pública é um dos efeitos da condenação.
- d) Na lei não há previsão de penas restritivas de direitos.
- e) A pena privativa de liberdade para os crimes de abuso de autoridade é a pena de detenção.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Ivo Martins***77.** No que concerne à classificação da ação penal quanto à sua natureza, a ação penal pública incondicionada distingue-se da ação penal pública condicionada pelo fato desta:

- a) Ser promovida exclusivamente pela vítima do crime.
- b) Ser iniciada pelo Ministério Público sem a necessidade de manifestação da vítima.
- c) Exigir, para a sua instauração, representação da vítima ou requisição do Ministro da Justiça.
- d) Ser promovida por terceiro, não pelo ofendido.
- e) Ser iniciada apenas após o trânsito em julgado da decisão que reconhece a materialidade do crime.

78. De acordo com o Código de Processo Penal, a liberdade provisória é um direito assegurado ao acusado, sendo cabível a sua concessão, por exemplo, quando os pressupostos da prisão preventiva não estiverem presentes. Nesse contexto, qual das alternativas abaixo indica corretamente a sanção imposta ao acusado, caso ele não cumpra com as obrigações fixadas na liberdade provisória.

- a) A conversão da prisão em flagrante em preventiva.
- b) A perda do direito à liberdade provisória, com a imediata decretação da prisão.
- c) A imposição de fiança, caso o acusado não a tenha prestado inicialmente.
- d) A aplicação de uma pena restritiva de direitos.
- e) A suspensão do processo até que as obrigações sejam cumpridas.

79. No que tange à sentença penal, prevista no Artigo 381 do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- a) A fundamentação da decisão é dispensável em casos de condenação, bastando o dispositivo para a validade da sentença.
- b) O relatório da sentença deve conter a síntese das provas produzidas e o dispositivo, que é a conclusão do juiz sobre a condenação ou absolvição do réu.
- c) É permitida a ausência de fundamentação quando a sentença se baseia em provas testemunhais ou interrogatório do réu, por serem consideradas suficientes.
- d) Para a validade da sentença penal, são requisitos essenciais, entre outros, o relatório, a fundamentação e o dispositivo, sem os quais a decisão será nula.
- e) A sentença que absolve o réu deve conter um dispositivo de "não culpabilidade", sem a necessidade de qualquer fundamentação sobre a prova da materialidade e autoria.

80. Com relação aos procedimentos previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas), analise as assertivas e assinale a alternativa que apresenta a(s) afirmativa(s) correta(s):

- I. Em caso de prisão em flagrante por tráfico de drogas, a autoridade policial deve comunicar o fato ao juiz competente em 24 horas e remeter cópia do auto de prisão em flagrante ao Ministério Público no mesmo prazo.
- II. O laudo definitivo da substância entorpecente, essencial para a tipificação do crime de tráfico, deve ser anexado ao inquérito policial antes do seu encaminhamento ao juiz competente.
- III. O inquérito policial será concluído no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso, e de 60 (sessenta) dias, quando solto.

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Somente a afirmativa II está correta.

c) Somente a afirmativa III está correta.

d) Somente as afirmativas I e II estão corretas.

e) Somente as afirmativas I e III estão corretas.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>